

APRESENTAÇÃO

Estilo Robin Hood às avessas

Desde 1997, a transferência líquida de recursos financeiros para os países em desenvolvimento tem sido negativa todos os anos, segundo relato do secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, na Assembleia Geral em 2002. Em outras palavras, estão tirando dinheiro das pessoas pobres para dar às ricas.

A transferência líquida de dinheiro é o resultado de muitos fatores. Por exemplo, a ajuda é uma transferência positiva dos países desenvolvidos para as nações mais pobres, porém o pagamento da dívida é um fator negativo. A ajuda vem diminuindo. A promessa de cancelamento da dívida – feita pelos líderes dos sete países mais poderosos do mundo, que também são os maiores credores – vem sendo implementada de forma excessivamente lenta e tímida para que se possam perceber seus efeitos.

O investimento é uma transferência positiva de recursos quando as empresas estrangeiras trazem capital para iniciar operações no país. Porém, pesa negativamente no balanço final se os lucros não forem investidos no próprio país, mas remetidos para o exterior. Uma balança comercial negativa – quando as importações são maiores do que as exportações – aumenta os fluxos de dinheiro que saem do país. Ainda que exportem mais, as nações em desenvolvimento ganham menos por causa da queda dos preços dos produtos primários (commodities) e dos custos mais altos dos itens manufaturados.

As remessas de dinheiro de emigrantes às suas famílias são uma contribuição substancial para o balanço de pagamentos dos países de origem. Porém, a fuga de capitais solapa essas contas. Com frequência, a fuga de capital tem origem no dinheiro da corrupção, depositado em paraísos fiscais estrangeiros. No entanto, também resulta de poupança doméstica legítima transferida para fora do país em busca de segurança, diante de potenciais crises financeiras. Por outro lado, essas crises são frequentemente causadas ou agravadas pelo capital especulativo (hot money), que tem interesse em lucros de curto prazo e não no bem-estar público.

O dinheiro que se origina nos países em desenvolvimento e termina no Norte não vem dos bolsos das pessoas pobres ou assalariadas, que, em geral, não possuem poupança para enviar ao exterior, compram menos artigos de luxo e importados e não gastam dinheiro com turismo. Esse dinheiro vem dos cofres dos governos, na forma de pagamento da dívida, e dos bolsos da elite. No entanto, as contas dos governos têm de fechar, e os governos compensam seus déficits fiscais cortando serviços essenciais e aumentando impostos. A poupança perdida ou enviada para o exterior pelas pessoas ricas são investimentos perdidos pelo país, que teriam gerado empregos e impostos. As populações pobres e vulneráveis terminam sendo as que mais sofrem.

Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o conseqüente fim da Guerra Fria, diversas conferências e cúpulas importantes¹ traçaram um plano para a nova era, no qual os dividendos da paz finalmente tornariam viável a velha ambição de alimentar, educar e cuidar da saúde de cada criança do planeta. Ao mesmo tempo, o conceito tradicional de desenvolvimento – anteriormente limitado à questão econômica – foi atualizado pelas preocupações com o meio ambiente, os direitos humanos, a diversidade cultural e a condição da mulher. As organizações da sociedade civil foram estimuladas à participação. Elas responderam aos milhares, imprimindo aos processos de negociações diplomáticas um entusiasmo singular, o que atraiu a cobertura da mídia, e defendendo compromissos concretos, mensuráveis e limitados no tempo.

A rede do Social Watch foi criada em 1996 para monitorar a implementação daqueles compromissos e também ser um instrumento de pressão para estimular os líderes a fazerem um esforço maior. Desde então, relatórios anuais como este têm sido publicados em diversos países, acompanhando indicadores, apresentando-os de forma resumida em tabelas e, o mais importante, divulgando as conclusões e preocupações dos grupos de cidadãos e cidadãs ao relatar diversas realidades.

Cada relatório é produzido por coalizões civis autônomas e é o resultado de muitas pesquisas, consultas e debates. Autoras e autores vêm de campos distintos: alguns(mas) se dedicam a defender os direitos humanos, enquanto outros(as) ajudam pessoas pobres a se organizarem na esfera comunitária; alguns(mas) trabalham para sindicatos que representam milhares de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto outros(as) estão concentrados(as) em questões de gênero.

As estatísticas globais e os relatórios nacionais deste ano revelam que as promessas de desenvolvimento não foram cumpridas. Esses compromissos foram assumidos em um mundo de crescimento econômico rápido, que acreditava na mágica de uma nova economia revolucionária, na qual jovens brilhantes tornavam-se milionários(as) antes de terminarem a universidade e países esperavam saltar diretamente da pobreza abjeta para o século 21 – graças ao influxo infinito de capital privado.

¹ Cúpula Mundial da Infância, Nova York, 1990; Cúpula da Terra (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rio de Janeiro, 1992; Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena, 1993; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo, 1994; Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Barbados, 1994; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Copenhague, 1995; Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995; Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), Istambul, 1996; Cúpula Mundial sobre a Alimentação, Roma, 1996; Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, Bruxelas, 2001; Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, Durban, 2001.

Essa falta de cumprimento não é resultante somente do abismo entre teoria e prática que insiste em rondar as campanhas políticas. A economia mundial privou até mesmo governos com o compromisso genuíno de melhorar o destino de seus povos dos meios de alcançarem esse objetivo.

A Declaração do Milênio, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 2000 – politicamente fortalecida pela presença de um número sem precedentes de chefes de Estado –, atualizou muitas das metas de desenvolvimento, originalmente estabelecidas (e não cumpridas) para o ano 2000 e as reformulou para 2015. A declaração também deu o endosso oficial da ONU à meta de reduzir à metade a pobreza extrema em 2015.

O grupo de objetivos incluídos no documento, conhecido como Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), é um pouco menos otimista do que as metas originalmente estabelecidas para 2000.² No entanto, para poder atingi-las, ainda se faz necessário uma mudança substancial no ambiente econômico global.

Cinco das oito metas referem-se diretamente à prestação de serviços básicos nas áreas de saúde, educação e abastecimento de água. A Meta 1, da pobreza, também é, em grande medida, relacionada ao acesso aos serviços – embora esse seja atualmente reconhecido como um problema multidimensional, com uma variedade de causas internas e externas. Foi lógica, assim, a conclusão do Social Watch de que deveria contribuir para o debate internacional, concentrando esta publicação nos serviços essenciais para as populações pobres.

Existe um consenso de que os serviços básicos precisam ser melhorados e acessíveis a todas as pessoas. Porém, é cada vez mais controvertida a discussão sobre como atingir esse objetivo. As negociações sobre o acesso de empresas estrangeiras à provisão de serviços estão previstas para este ano, segundo o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats, na sigla em inglês), um tratado da Organização Mundial do Comércio. O Banco Mundial está preparando um relatório sobre “serviços para populações pobres”, no qual condena o atual modelo de prestação de serviços pelo governo e defende as concessões privadas e a subcontratação.

Semelhante fé na capacidade de o mercado favorecer as MDM não encontra eco no que relatam as coalizões do Social Watch. Em consequência de suas tentativas de ganhar do mercado, muitos altos executivos terminaram 2002 na cadeia, enquanto as famílias que confiaram neles perderam suas economias de aposentadoria. Para que os mesmos operadores do mercado, sem restrições nem regulamentações, deixem de ganhar das pessoas pobres, tanto os governos como as empresas deverão assumir suas obrigações de prestar contas aos cidadãos e às cidadãs em todos os países.

Ainda não secou a tinta do documento no qual mais de uma centena de chefes de Estado reconhece que, “além das responsabilidades com nossas próprias sociedades, temos uma responsabilidade coletiva de defender os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade na esfera global”.³ Não permitir que essa responsabilidade seja esquecida é uma das formas de ajudá-los a cumprir seu compromisso de “fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e libertar o gênero humano da necessidade”.⁴ ■

ROBERTO BISSIO

Coordenador do Social Watch

² MACADAR, Daniel. Apuntes sobre la formulación y el seguimiento de las metas del Milenio. Trabalho apresentado na oficina Monitoring Social Development: Indicators for Civil Society (Monitoramento do Desenvolvimento Social: Indicadores para a Sociedade Civil), organizada pelo Social Watch/Observatório da Cidadania e Pnud, Rio de Janeiro, Brasil, 21-22 nov. 2002.

³ Parágrafo 2º da Declaração do Milênio.

⁴ Parágrafo 11 da Declaração do Milênio.